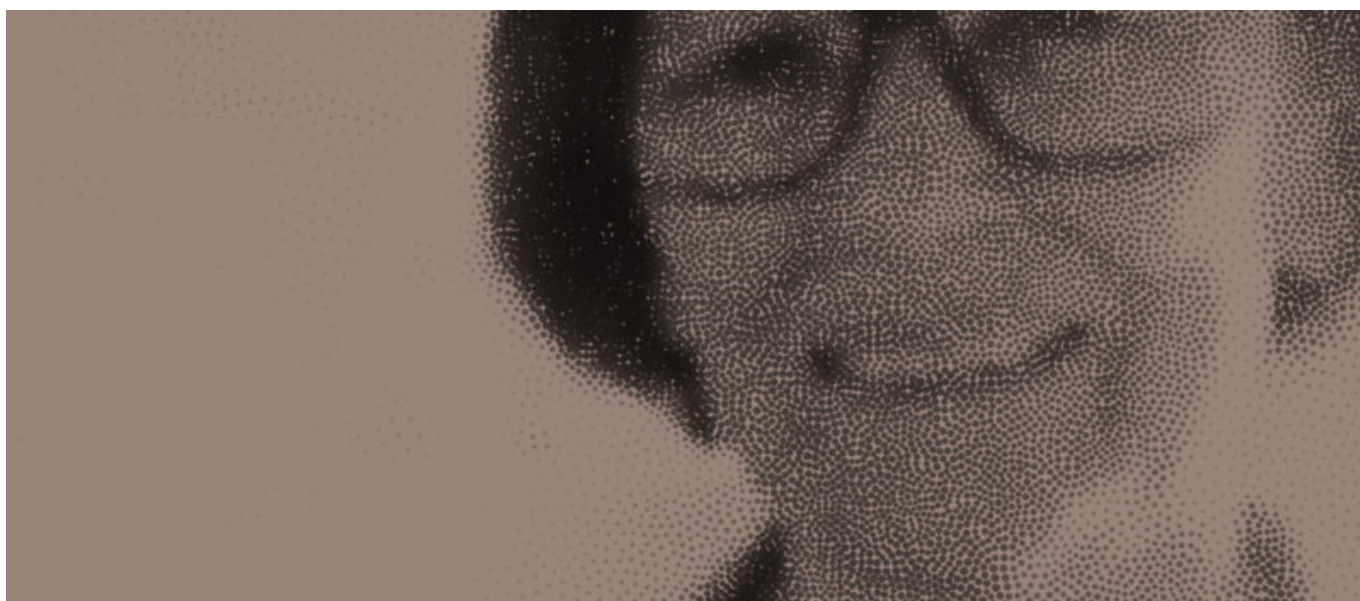


Crónica: Direitos Universais e Cidadania Participativa são conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974

9 Julho, 2024



Crónica de Maria José Maurício publicada na edição 124 da revista *Enfermagem em Foco*.

O livro recentemente publicado com o título *Participação Popular e Cidadania na Revolução de 25 de Abril 1974 (Um longo percurso histórico)* resulta de um estudo analítico e crítico sobre a **caminhada histórico-cultural do povo português na conquista da liberdade, da democracia e dos direitos universais de cidadania, pela primeira vez alcançados em Portugal**.

Neste estudo, procuramos revelar como o povo foi ganhando protagonismo nos momentos difíceis da nossa História, quando o País inteiro era chamado a defender a liberdade e a soberania nacional. No entanto, embora conquistando alguns direitos ao longo dos séculos foram sempre muito reduzidos e sem expressão económica, social e cultural como deveriam ter, em correlação com os avanços civilizacionais que se realizavam, mas que as elites e as classes sociais dominantes se apropriavam, esquecendo as promessas que dirigiam à população trabalhadora na resolução das suas justas reivindicações por melhores condições de trabalho e por uma vida com dignidade.

Durante a longa noite da ditadura fascista destaca-se a luta antifascista e o papel da luta clandestina devido à proibição de partidos políticos, como o Partido Comunista Português, a luta contra a Guerra Colonial, o papel da Oposição Democrática, e a intervenção da Intersindical – criada em 1970 -, e, já com Abril do horizonte, tinha um envolvimento na luta de muitos sectores operários, comércio e serviços, abrangendo cerca de 100 000 trabalhadores.

Chegar à Revolução de 25 de Abril, após quarenta e oito anos de luta antifascista, e da Oposição Democrática de vastos sectores sociais, representou elevados sacrifícios para muitos portugueses que enfrentaram a opressão, a repressão policial, a prisão e morte nas prisões do fascismo.

Neste dia, o povo saiu à rua, apoiou MFA e tomou lugar na Revolução, participando e acarinhando os militares, ainda em operações para concretizar a queda da ditadura, enquanto a polícia política PIDE/DGS, acantonada na sua sede, disparava contra a população, ferindo dezenas de populares e matando quatro jovens que se encontravam perto das instalações a exigir a sua extinção.

A condenação deste acto criminoso foi sentido por toda a população e pelos portugueses que dele tomaram conhecimento, e não impediu a extinção desta polícia perversa, nem estancou o curso do movimento libertador que prosseguia a marcha da história, simbolizada nos cravos distribuídos pela mão de Celeste Caeiro e colocados nos canos das espingardas, donde floresceu o nome – Revolução dos Cravos.

Vitorioso o levantamento militar, foram conhecidos os desígnios do Movimento das Forças Armadas-MFA, através do seu Programa – “Descolonizar-Democratizar-Desenvolver”, que não eram apenas objectivos políticos, mas também valores, como a liberdade e o fim da opressão; a democracia e o fim da ditadura; o desenvolvimento e o fim do retrocesso ideológico e cultural do regime fascista.

Renascia um País novo e o povo na rua, com alegria e confiança, festejava a Revolução vitoriosa, que veio a ser sufragada na inesquecível jornada – Dia 1.º de Maio de 1974 – algo nunca visto!

Durante o período revolucionário (1974-1975), iniciou-se uma dinâmica de transformação em todos os sectores da vida nacional, assente na Aliança Povo-MFA, com vista a resolver os problemas económicos, sociais e culturais que, por todo o País, os trabalhadores reclamavam, nomeadamente o direito a um salário justo e a uma vida digna, com acesso aos mais elementares direitos de habitação, saúde, educação, fruição cultural e desenvolvimento humano.

Os primeiros sinais desta transformação começaram nas localidades e bairros onde a pobreza dominava, nas empresas onde a exploração era a prática corrente, nos campos agrícolas onde o domínio dos latifundiários era dominante, nos sectores de serviços públicos onde os sindicatos eram proibidos.

Foi com esta dinâmica Povo-MFA, cimentada no combate à contrarrevolução que pretendia parar o curso da História, e, depois, fortalecida com os Governos chefiados pelo general Vasco Gonçalves, destacado militar do MFA, **que se alcançaram as Conquistas da Revolução, nomeadamente a Reforma Agrária, as Nacionalizações de muitos dos sectores básicos da economia e o controlo operário, com vista a garantir o funcionamento económico do País.**

Estas medidas exigiam uma participação empenhada e responsável de todos os trabalhadores, mulheres e homens que, pela primeira vez, através da sua acção empenhada, conquistavam direitos universais nunca antes alcançados. Entre estes, e a título de exemplo, recordemos o direito universal de voto – que permitiu à maioria das mulheres votarem pela primeira vez -, o direito universal à educação e a todos os graus de ensino, a criação da Escola Pública democrática, o direito universal à saúde e a criação do Serviço Nacional de Saúde, cujo significado e alcance ainda hoje testemunhamos.

Mas foi na Saúde que as transformações se tornaram mais acentuadas, desde logo, porque durante o chamado “Estado Novo” o sistema de Saúde para a maioria esmagadora dos portugueses, baseado no assistencialismo social e na caridade religiosa, não chegava a todos e os índices de mortalidade infantil, esperança média de vida da população eram dos mais elevados da Europa.

Foi graças às Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica, levadas a efeito pelo MFA, por todo o País, através do chamado Serviço Médico à Periferia, onde se integraram muito médicos e enfermeiros,

que nas povoações mais longínquas permitiram que as pessoas tivessem acesso a cuidados médicos, lançando as sementes do Serviço Nacional de Saúde.

Foi graças à liberdade sindical conquistada pelos então Funcionários Públicos que os profissionais da Saúde obtiveram melhores condições de trabalho e de melhor prestação de Serviço Público. Foi graças à Revolução que as enfermeiras e professoras anularam o pedido de autorização para se casarem, imposto pela ditadura. Foi através de participação popular e da cidadania activa que se alcançaram os direitos universais que vieram a ser consagrados na Constituição da República de 1976.

Comemorar os 50 Anos da Revolução de 25 de Abril é defender a liberdade, a democracia, o desenvolvimento do País e cumprir a Constituição de Abril. Este é o legado de Abril que temos o dever de passar às gerações vindouras.

Maria José Maurício

Professora/Formadora aposentada e investigadora independente na área da Educação para a Cidadania

A autora escreve ao abrigo do antigo acordo ortográfico.